

EDITORIAL

Esta publicação *Cadernos de Pesquisa*, volume 6, número 14, apresenta uma coletânea de 12 textos que se propõem a discutir diversas temáticas viciadas à Educação em seus vários níveis. Neste sentido, encontramos no artigo de abertura desta publicação, as contribuições do Dr. Carlos V. Estevão, professor da Universidade do Minho, Portugal, o qual, entendendo a educação numa perspectiva cosmopolítica, analisa a “pluridimensionalidade da justiça, suas articulações com diferentes concepções de Estado e com os vários modos de interpretar os direitos humanos e a democracia”. Subsequentemente, o Prof. Dr. Vitor Paro, da Universidade São Paulo, a partir de questões relativas ao papel e às funções dos dirigentes, entre elas aquelas relacionadas ao provimento e à formação do diretor, analisa “as dimensões e a viabilidade de uma estrutura da escola fundamental compatível com a educação entendida como prática democrática”. No terceiro artigo desta revista, Angela Mara de Barros Lara apresenta os resultados da pesquisa desenvolvida no interior do Grupo de Estudos e Pesquisa em Políticas Públicas e Gestão da Educação na América Latina e Caribe – PGEALC, a qual analisa “as orientações da UNESCO presentes nos documentos propostos para a educação infantil na região latino-americana e caribenha e suas repercussões na política educacional no Brasil”. Lorena Barolo Fernandes e Anita Schlesener, na sequência, apresentam uma reflexão sobre o indivíduo com deficiência e o processo de inclusão na perspectiva neoliberal, “a partir da elaboração de uma breve revisão sobre as concepções educacionais das décadas de 60, 70 e 80 no Brasil”. Maria Aparecida da Silva, no quinto artigo que compõe esta publicação, percebe que a “escola organizada em ciclos não é uma novidade como alardeada, principalmente em muitos dos discursos iniciados nos anos 1990”; por meio de uma retrospectiva histórica da escola burguesa, tece considerações a respeito dos pressupostos da organização escolar em ciclos, a fim de expor seu modo de organização, bem como sua intencionalidade política, em especial no que se refere ao controle ideológico. Na sequência, Célia Christina de Almeida Padrega Nicoletti e Maria Auxiliadora Bueno Andrade Megid, por meio de um estudo de tipo survey, se propõem “a estudar artigos que focam o Ensino Superior

nos exemplares da Revista Brasileira de Educação da ANPEd, na 1ª década do século XXI. Ana Lucia Ferreira da Silva, discute aspectos da educação não formal e a participação da sociedade civil em ações educativas desta natureza, ao explicitar em seu artigo as repercussões das orientações da UNESCO para a referida modalidade no Brasil, a partir de 1990. Na oitava inserção deste periódico, encontramos as reflexões de Maria Arlete Rosa, que em seu artigo se propõe a discutir “os desafios diante da necessidade de se construir conhecimento teórico sobre a educação ambiental como práticas educativas integradoras do espaço escolar no contexto da sustentabilidade da bacia hidrográfica da cidade”. Já, no próximo artigo, discutindo a “proletarização do trabalho docente e a educação nacional em suas mais variadas formas, enfatizando história, concepção, e processo de humanização”, Márcia Regina Mocelin traz como objetivo de seu trabalho analisar “a crise que o trabalho docente perpassa nas suas mais diversas formas”, tomando como centralidade do debate a escola enquanto instrumento de emancipação das classes populares e/ou aparelho ideológico de Estado. Naura Syria Carapeto Ferreira, Fausto dos Santos Amaral Filho e Ieda Viana, tomando a teoria da justiça como eixo analítico da discussão, produzem uma reflexão que aponta para a importância de: “a) identificar novas modalidades de preconceito e/ou discriminação face às mudanças da realidade; b) estimular o debate junto à comunidade acadêmica do caráter preconceituoso de nossas relações, negadas ou disfarçadas pelo discurso; c) discutir possíveis reações da comunidade universitária contra os alunos voltadas para a produção de conhecimento novo socialmente referenciado; d) enriquecer o material didático sobre preconceito”. Posteriormente, a partir de uma revisão bibliográfica, Osmar Ponchirolli, seguindo o pressuposto de que “no universo da educação, o princípio norteador do agir, no uso moral da Razão Prática, é o problema da justiça”, tece suas considerações utilizando-se das contribuições da Teoria da Ação Comunicativa de Habermas, para evidenciar a consistência desta teoria enquanto fundamento ético da educação. Por último, Marcia Carvalho e Silva Stralioetto e Jorge Alberto Rosa Ribeiro, apresenta um artigo que “questiona a negação da subjetividade e discurso de imparcialidade e neutralidade nos processos seletivos sustentados por correntes tradicionais da Administração e da Psicologia”.

Esperando que o legado dos autores acima nominados possam contribuir para o avanço dos debates e reflexões no campo da Educação, desejamos a todos uma boa leitura.

Daniel Vieira da Silva

Editor

Geyso Germinari

Editor Adjunto